



LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO Nº 056/2021

O Município de Travesseiro/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 94.706.124/0001-30, instituído pela Lei Estadual nº 9.596/92, através do **DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE (DMA)**, no uso de suas atribuições que lhe confere as Resoluções do CONSEMA nº 041/03 e nº 372/2018, baseado na Constituição Federal do Brasil, na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, na Lei Federal nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90, na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA nº 237/97, nas Leis Estaduais nos nº 9.519/92 e nº 15.434/20, na Lei Municipal nº 722/06, e com base nos autos do **Processo Administrativo nº 1.345/2021**, expede a presente Licença Ambiental de Operação, que autoriza:

I – IDENTIFICAÇÃO:

EMPREENDEDOR: **DANIEL SIMONETTI**

CPF: 048.140.790-10

ENDEREÇO: LOCALIDADE DE LINHA SÃO MIGUEL, S/Nº, PERÍMETRO RURAL

MUNICÍPIO: TRAVESSEIRO-RS

CEP: 95.948-000

A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: **CRIAÇÃO DE SUÍNOS – TERMINAÇÃO – COM MANEJO DE DEJETOS LÍQUIDOS**

RAMO DE ATIVIDADE: **114,24**

Nº GALPÕES: **01**

ÁREA CONSTRUÍDA: **1.020,00 m²**

CAPACIDADE: **1.020 CABEÇAS**

MEDIDA DE PORTE: **MÉDIO**

POTENCIAL POLUIDOR: **ALTO**

RECIBO DO CAR: **RS-4321626-14CC7271B7A94769A32D19133597634E**

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: **Lat. 29°15'46.1"S; Long. 52°03'35.6"O**

II – CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Quanto à infraestrutura e condições do empreendimento

1.1. A atividade é de criação de suínos TERMINAÇÃO com manejo de dejetos líquidos e apresenta capacidade para alojar 1.020 (hum mil e vinte) animais em 1 (um) galpão de produção com área total de 1.020,00 m²;

1.2. A capacidade total de armazenamento de dejetos líquidos do empreendimento é de 880,00 m³;

1.3. O piso dos galpões de estadia e alimentação dos animais, bem como todas estruturas de contenção, condução e armazenamento de dejetos, deverão ser constantemente supervisionadas e permanecer impermeabilizadas durante toda a realização da atividade;

1.4. A vegetação espontânea no entorno das estruturas produtivas deverá ser mantida sempre controlada (rente ao solo).

2. Quanto ao manejo dos resíduos

2.1. Não poderão ser lançados resíduos em nenhum tipo de corpo hídrico, mesmo que efêmero;

2.2. Os dejetos produzidos pela atividade deverão ficar armazenados nas esterqueiras por um período mínimo de 120 (cento e vinte) dias;

2.3. As esterqueiras deverão operar sempre com folga técnica de 20 % da capacidade total;

2.4. Manter as instalações e seu entorno sempre limpos, evitando entulhos e acúmulo de resíduos;

- 2.5. Os animais mortos deverão ser prontamente descartados na composteira;
- 2.6. O sistema de compostagem deverá ser constantemente monitorado a fim de buscar o correto equilíbrio entre matéria seca e úmida;
- 2.7. Utilizar sempre os procedimentos técnicos que evitem a propagação de odores, a dispersão de chorume e a proliferação de vetores.

3. Quanto às características da aplicação e das áreas de aplicação dos dejetos líquidos:

- 3.1. As áreas agrícolas de aplicação dos dejetos líquidos devem situar-se a uma distância mínima de 50 metros dos corpos hídricos naturais, mesmo que intermitentes, bem como das habitações vizinhas e das margens das estradas;
- 3.2. Aplicar em solo com boa drenagem interna, não sujeita a inundações periódicas, preferentemente com textura média e profundidade superior a 0,5 metros;
- 3.3. O lençol freático deverá estar no mínimo, a 1,5 metros da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;
- 3.4. Os resíduos devem ser tratados e estabilizados antes da aplicação no solo;
- 3.5. Os equipamentos de coleta e transporte dos resíduos deverão ser dotados de dispositivos que impeçam a perda de material.

4. Outras condições

- 4.1. O armazenamento de combustíveis, produtos agroquímicos e produtos veterinários deverá atender às recomendações técnicas observadas as exigências dos setores de saúde, agricultura e meio ambiente de acordo com normas técnicas da ABNT n°: NBR n° 9843/87, NB 1183/88, Lei Estadual n° 9.921/93 e Decreto Estadual n° 38.356/98;
- 4.2. Conservar e promover a recuperação das formações vegetais em torno dos cursos d'água, nas áreas com declividade igual ou superior à 45°, nos topos de morro, numa distância de no mínimo 50 (cinquenta) metros das nascentes e, outras restrições das Leis: Federal n° 12.651/2012 (Código Florestal Federal) 9.519/1992 (Código Florestal Estadual) e demais Resoluções n.º 302 e 303/02 – CONAMA;
- 4.3. Este documento NÃO autoriza a supressão de quaisquer exemplares arbóreos/arbustivos;
- 4.4. Havendo Áreas de Preservação Permanente – APP no local, importa salientar que, a regra geral é a intocabilidade destas, o que ocasiona restrições ao direito de uso e gozo do proprietário do imóvel que esteja inserido em APP. Assim, não é permitida qualquer intervenção na área, salvo os casos de utilidade pública e/ou interesse social, e/ou baixo impacto, previstos no artigo 3º, VIII, IX, X, combinado com o artigo 8º da Lei Federal n° 12.651, de 25/05/2012, devidamente regrada em Licenciamento;
- 4.5. Para o cortinamento vegetal devem ser utilizadas espécies nativas, não sendo permitido o uso da espécie exótica *Hovenia dulcis* (Uva Japonesa) que está na lista de espécies invasoras do estado do Rio Grande do Sul (vide Recomendação CONSEMA 07/2020);
- 4.6. O responsável técnico pelo projeto de licenciamento ambiental é o Técnico Agrícola em Agropecuária Augusto Felipe Essig, CFTA 83587462020, Termo de Responsabilidade Técnica - TRT BR20200738778.

5. Com vistas à renovação da licença de operação

- 5.1. Requerimento solicitando a renovação da Licença de Operação;
- 5.2. Formulário para Licenciamento Ambiental;
- 5.3. Cópia da Licença de Operação em vigor;
- 5.4. Declaração do empreendedor e do responsável técnico informando que a unidade licenciada permanece inalterada;
- 5.5. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável pelas informações técnicas pelo projeto e execução do projeto de licenciamento ambiental, bem como, projeto e execução do sistema de manejo, controle e destinação dos resíduos em solo;
- 5.6. Recibo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural – CAR;
- 5.7. Croqui de situação e localização do empreendimento (considerando lindeiros e áreas de preservação permanente e estruturas do empreendimento).

Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, ao DMA, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciado por este documento.

Qualquer alteração na representação do empreendedor ou alteração do endereço para recebimento de correspondência do DMA deverá ser imediatamente informada à mesma.

Caso ocorra descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Data de emissão: Travesseiro/RS, 25 de outubro de 2021.

Este documento licenciatório é válido para as condições acima pelo período de 04 (quatro) anos (Lei Municipal nº 1.585/2020) a contar desta data, porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.

A renovação desta licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de até 120 dias antes de seu vencimento, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar Nº 140, de 08/12/2011.

CHRYSYIAN ESTÉVAM QUINOT

Coordenador do DMA
Agente Administrativo
Eng.º Ambiental
CREA/RS 210292

GILMAR LUIZ SOUTHER

Prefeito Municipal